

Jornalismo diversional e jornalismo interpretativo: diferenças que estabelecem diferenças

Demétrio de Azeredo Soster*

Fabiana Piccinin†

Índice

1 Fazeres reconfigurados	1
2 Primeiras conceituações	5
3 Contornos bem delineados	8
Referências	11

1 Fazeres reconfigurados

ESTE artigo parte do pressuposto que o atual momento evolutivo do jornalismo, marcado por uma profunda imersão tecnológica da sociedade, – e a internet, devido à sua abrangência e penetração¹, exerce papel fundamental nesta processualidade – reconfigura o fazer jornalístico em suas mais diversas instâncias. Estes movimentos são representados, de um lado, pela emergência

*Professor e Subcoordenador do Curso de Jornalismo e pesquisador do PG Letras da Unisc, doutor pela Unisinos.

†Professora e Coordenadora do Curso de Jornalismo, pesquisadora do PG Letras e do PG em Desenvolvimento Regional da Unisc, doutora pela PUC/RS.

¹Segundo o Internet World Stats, 25.6% da população do planeta, ou 1,7 bilhão de pessoas, utilizam-se da web. O crescimento da rede entre 2000 e 2009 foi de 300%. Em termos de Brasil, objeto de nossa análise, a internet atinge 34% da população, ou 67,5 milhões de pessoas. Representa um crescimento de 1.250,2% entre 2000 e 2009.

de novas lógicas operacionais e discursivas à prática (Soster, 2007, 2008, 2009, 2009-a), enquanto que, de outro, por emprestarem mais visibilidade a certas categorias e gêneros² que pareciam relegados a um segundo plano neste cenário.

A afirmação se justifica à medida que, em 2000, passados apenas cinco anos desde a primeira transposição de jornais para a web, potencializou-se a prática de atualização contínua e transposição de conteúdos, na prática jornalística, emprestando à ve-

²A distinção entre categoria e gênero está em aberto desde há muito. As ciências sociais, por exemplo, referem-se a categoria como o conjunto de pessoas com características de comportamento semelhantes, que nos permitam identificá-las como pertencentes a um determinado grupo (Johnson, 1997). A noção de gênero, nesta perspectiva, refere-se às características individuais dos componentes destes grupos. No caso do jornalismo (Marques de Melo, 1985), categoria é um conceito que define, em perspectivas e níveis diversos, domínios do conhecimento e da ação. Os gêneros, por sua vez, dizem respeito às formas que utilizamos para nos expressarmos nestes domínios. O traço definidor do gênero é o estilo; a forma com que se escreve. Assim, doravante, quanto nos referirmos a categoria jornalística ela será informativa, interpretativa, diversional, opinativa etc, enquanto que gênero dirá respeito às variações estilísticas de uma e outra forma (por exemplo, o gênero editorial na categoria opinativo).

locidade categoria de valor (Soster, 2002). Inferia-se, à época, que textos prolixos, ou que demandassem tempo de apuração, caso das reportagens em profundidade e do jornalismo em forma de livro, posicionavam-se fora da lógica produtiva do jornalismo contemporâneo naquele momento, validado quase que exclusivamente pela instantaneidade e atualização contínua. Se, por algum tempo, isso efetivamente ocorreu, não demorou muito para que a) as duas formas ressurgissem e b) se transformassem elas próprias em elementos de constituição identitária³ e diferenciadora do sistema midiático-comunicacional na condição de categorias discursivas legítimas no universo de formas e gêneros contemporâneos, hipótese que move este artigo.

É o que pode ser visto, por exemplo, por meio do trabalho de jornalistas como Eliane Brum, da revista *Época*, seja em termos de jornal, revista ou livro. Suas reportagens, à revelia do suporte que se esteja falando, elevaram-na à categoria de uma das profissionais mais premiadas do Brasil, com 40 reconhecimentos desta natureza. Seus relatos empregam, na mesma proporção, recursos literários e jornalísticos, e podem ser classificados tanto como jornalismo interpretativo ou diversional. Estabelecem-se, desta forma, ao lado do trabalho de jornalistas como Caco Barcelos ou Fernando Moraes, para ficarmos em dois dos contemporâneos, como referenciais a partir dos quais os relatos jornalísticos

³Entenderemos identidade como um “(...) critério relacional segundo o qual o emissor e o receptor se aproximam ou se distanciam em afinidades ou em diferenças (Waismann). Quanto mais próximos, mais identidade; quando mais díspares e distantes, mais diferenças, e, portanto, menos identidade na relação”. (Iasbeck, 2009, p. 174)

pode se tornar mais interessantes, menos áridos.

Algo semelhante ocorre em relação ao gênero diversional, por exemplo, por meio dos relatos que compõem o livro *A vida que ninguém vê* (Arquipélago, 2006), cujo conteúdo foi originalmente escrito por Eliane Brum para o jornal *Zero Hora*. Tratam-se, os textos, não apenas de híbridos entre crônica e reportagem, mas de uma tentativa, por parte da autora, de “estimular um olhar que rompesse com o vício e o automatismo de se enxergar apenas a imagem dada, o que era do senso comum, o que fazia com que se acreditasse que a minha, a sua vida fossem bestas” (Brum, 2006: 187)

Em *O olho da rua* (Globo, 2008), seu livro mais recente, Eliane Brum não apenas compila em livro as reportagens que escreveu para a revista *época* como explica, após cada capítulo, como se deu o trabalho. São textos de natureza interpretativa, cujas características veremos mais adiante, à medida que partem de critérios jornalísticos (atualidade, interesse humano, relevância etc.) para sua realização, sem com isso prescindir da liberdade estilística.

É um livro de referência, que entusiasma jornalistas de todas as idades. Durante minhas semanas de leitura, tive vontade de fazer cópias dos originais para distribuí-las, com urgência, para meus colegas da equipe do programa *Profissão: repórter*, formado em sua maioria por jovens profissionais, em começo de carreira na TV (Barcelos, 2008: 12)

De um lado, emergem fenômenos no jornalismo como a auto-referencialidade, a co-

referencialidade e a descentralização⁴, características do jornalismo que denominamos midiaticizado⁵. Ao mesmo tempo, re-assumem sua importância categorias jornalísticas como o jornalismo interpretativo e o jornalismo diversional, em que recursos narrativos próprios da literatura e do jornalismo mesclam-se em uma mesma estrutura sócio-discursiva. Se isso se dá desta forma; se reconfigurações desta natureza se verificam, é porque os dispositivos⁶ que representam o jornalismo estão amalgamados em rede por meio dos nós e conexões da *web*.

⁴A auto-referência pode ser percebida quando as operações discursivas dos dispositivos jornalísticos estão voltadas, por meio de marcas, para o próprio texto que as compõem, explicando suas operações (geralmente por meio do uso de verbos de apoio) e estabelecendo, assim, novos vínculos. Por exemplo: “Conforme apurou nossa reportagem”. A co-referência se estabelece à medida que as operações do sistema midiático-comunicacional estão voltadas para o interior do próprio sistema e os dispositivos que compõe este também passam a estabelecer diálogos cada vez mais frequentes entre seus pares. Unem-se, com isso, dois nós do sistema, sendo que o fio condutor entre um e outro é a comunicação. Isso se verifica quando um jornal cita uma revista como fonte de sua matéria, por exemplo. Já a descentralização está relacionada ao fato de, em uma perspectiva sistêmica, os dispositivos jornalísticos se tornarem, antes, nós e conexões de uma rede que lugares institucionais hegemônicos. (Soster, 2009)

⁵Jornalismo midiaticizado é aquele cujos dispositivos, mais que vetores de midiaticização, são atingidos pela processualidade desta, midiaticizando-se. Por midiaticização vamos compreender a criação de novas ambientações a partir de uma profunda imersão de natureza tecnológica, social e discursiva da sociedade.

⁶Dispositivos que serão aqui entendidos como mediações que contemplam aspectos situacionais e tecnológicos, mas também “(...) discursivos, normativos, simbólicos, funcionais e referenciais que incidem nas interações, no tempo e espaço propiciadas pela conexão de suportes tecnológicos (Ferreira, 2003, p 89-90).

Ao fazê-lo, dão forma ao sistema midiático-comunicacional⁷ e passam a estabelecer suas operações em fluxos informativos de natureza marcadamente auto-referencial, complexificando uma lógica evolutiva com pelo menos 300 anos de evolução.

Compreender o que estes movimentos significam implica considerar que sistema é uma diferença que estabelece diferença (Luhmann, 2009). Ou seja, que permite, por meio de suas próprias características, distinguir o sistema do meio, considerando que não há sistema sem meio. Torna-se, desta forma, uma diferença que produz diferença, emprestando autonomia identitária ao sistema midiático-comunicacional frente aos demais sistemas, sejam eles sociais ou não, e ao meio. Esta diferença se personifica, no plano identitário, por meio a) dos novos dispositivos – webjornais, sites jornalísticos, blogs e microblogs de natureza jornalística –, mas também pelo b) ressurgimento das categorias e gêneros referidos anteriormente.

O sistema se distingue de seu meio, e dos demais sistemas, pela diferença que produz em seu interior, tornando-se, assim, autônomo em relação a esses, porque a lógica operacional dos sistemas é auto-referencial.

Em todos os tipos de auto-referência nos encontramos diante de uma circularidade fechada, que não nega a existência do entorno: este é o pressuposto das seleções do sistema. (...) O conceito de autonomia não indica independência

⁷O sistema midiático-comunicacional se estabelece como tal quando os jornais e revistas impressos, rádios, televisões, webjornais, sites jornalísticos, blogs e microblogs de natureza jornalística são unidos por meio da *web*.

do entorno, mas um fechamento auto-referencial: o entorno pode limitar ou ampliar o âmbito de possibilidades operativas do sistema, porém isso não anula o fato de que as operações sejam produzidas e conectadas somente pelo e no sistema. (Baraldo, Corsi & Esposito, 1996, p. 36-37)

Observe-se que não se trata de afirmar que estamos diante de fenômenos que fogem à lógica evolutiva do jornalismo, haja vista que o jornalismo, como processo social, está sempre em movimento, sujeito a transformações. (Felipi, 2006). Trata-se de observar que essas mudanças, que se iniciam mais visivelmente na década de 70, com a digitalização, na escala proposta por Marcondes Filho (2002), e que se acentuam a partir de 1995, quando da transposição dos primeiros jornais para a *web*, possuem significado específico. Em assim o sendo, requerem gramática explicativa própria.

Como fenômeno complexo, mudanças em um ou mais subsistemas alteram e condicionam a totalidade. Sendo assim, não é de se surpreender que a digitalização dos meios e modos de produção, o espírito epocal e os rearranjos políticos e econômicos demandam atualizações das questões de pesquisa e nas próprias senhas explicativas da academia. (Primo, 2009: 7)

Dito isso, e tendo discorrido em momento anterior sobre o jornalismo midiaticizado e suas características, nos ateremos ao que ocorre com as categorias diversional e interpretativo em decorrência do processo de

mediatização da sociedade, e, nela, do jornalismo. Move-nos a temática midiaticização, objeto de nossa tese de doutoramento; mas também pesquisa em andamento na Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc). Buscasse observar, nesta, as imbricações do jornalismo com a literatura, particularmente em um contexto de imersão tecnológica da sociedade. Partimos da percepção que, não obstante o apelo à velocidade e à transposição de conteúdos que se estabelecem com cada vez mais ênfase a partir da digitalização, formas específicas de se fazer jornalismo parecem ganhar a cada dia mais espaço neste ambiente.

(...) encontramos, mais recentemente, um renascimento revigorante do jornalismo literário. Embora relativamente modesto, esse movimento promissor é significativo e já salta aos olhos de quem observa atentamente a indústria cultural. Essas duas situações convergem, ganham sinergia, beneficiam-se mutuamente. O jornalismo literário – praticado tanto em periódicos quanto em formato de livro – encontra um canal de expressão fabuloso no livro-reportagem e este, por sua vez, pode alcançar o máximo de seu potencial enquanto produto de comunicação pública quando é trabalhado em estilo de jornalismo literário. (Pereira Lima, 2008, online)

Mais que fenômenos casuais, como dissemos, entendemos que representam movimentos por meio dos quais o sistema

mediático-comunicacional, no que ele tem de jornalístico, realiza para se reforçar identitariamente frente aos demais sistemas, sejam eles sociais ou não. Quando isso ocorre, exigem não apenas capacidade especializada de produção como também um domínio técnico muito grande dos agentes da instituição jornalística como um todo. (Soster, 2003) Isso contraria, por exemplo, a perspectiva de autores como Keen (2009), para quem a imersão tecnológica da sociedade, e a facilidade de acesso a seus dispositivos, acabam por causar um nivelamento por baixo da cultura, economia e valores da sociedade, abrindo espaço antes a amadores que a especialistas.

2 Primeiras conceituações

Começamos por explicitar o que entendemos por jornalismo diversional e interpretativo. Quando, em 1985, José Marques de Melo propôs uma releitura das categorias e gêneros por meio dos quais se manifestavam as narrativas jornalísticas, avançando, desta forma, da leitura de Luiz Beltrão (1980) sobre o tema, – e distanciando-se das perspectivas funcionalistas, hegemônicas até então –, sua preocupação, a partir de Todorov, recaiu sobre as propriedades discursivas de cada mensagem (forma, conteúdo e temática). Entendia Marques de Melo que essa abordagem permitiria observar com mais clareza as relações sócio-culturais (emissor/receptor), bem como as questões de natureza político-econômicas (instituições/estado/corporações etc.) que integram o universo jornalístico.

Com base nesta perspectiva, Marques de Melo propôs uma reclassificação das categorias jornalísticas brasileiras a partir da articulação de dois núcleos:

1. **Intencionalidade por meio da qual se configuram os relatos.** Instância onde se inserem duas vertentes: a reprodução do real e a leitura do real. No primeiro caso, diz respeito a saber o que se passa; no segundo, o que se pensa sobre o que passa. De um lado, a descrição. De outro, a versão dos fatos.
2. **Buscando identificar os gêneros a partir da natureza estrutural dos relatos.** Toma-se, aqui, a articulação que existe entre os acontecimentos, sua expressão jornalística (ligada aos relatos) e a consequência leitura dos mesmos.

Tem-se, assim, identificadas basicamente duas categorias na narrativa jornalística: informativo e opinativo. Pertence à categoria informativo o relato dos acontecimentos a partir de uma técnica específica (jornalística). Inserem-se nesta os formatos de texto conhecidos como nota, notícia, reportagem e entrevista. No opinativo, ou naqueles textos que dizem respeito ao que se pensa sobre determinado acontecimento, inserem-se os editoriais, comentários, artigos, resenhas, crônicas, cartas, colunas etc.

Observe-se que a classificação proposta por Marques de Melo, comparada com a de Luiz Beltrão, não contempla a categoria jornalismo interpretativo, e que ambas não incluem o jornalismo diversional. Se, para Beltrão, o jornalismo interpretativo, como sinônimo de reportagem em profundidade, era identificável na década de 80, para Marques de Melo não havia porque individualizar esta categoria. A explicação: “Entendemos que a interpretação (enquanto procedimento explicativo, para ser fiel ao sentido que lhe atribuem os norte-americanos)

cumpre-se perfeitamente a partir do jornalismo informativo” (Marques de Melo, 1985: 48).

Quanto ao jornalismo diversional, Luiz Beltrão não incluiu a categoria em sua classificação porque, ainda apegado a uma perspectiva analítica funcionalista, entendia que a função do jornalismo era informar, explicar e orientar, e não divertir. Já Marques de Melo porque, à época, considerava esta categoria “não legitimada nos círculos acadêmicos brasileiros e muitas vezes confundida com o jornalismo interpretativo nos ambientes profissionais” (1985:21)

Em entrevista recente a Lia Seixas⁸, no entanto, José Marques de Melo não apenas reconhece a existência das categorias interpretativo e diversional no jornalismo brasileiro atual como acresce um quinto elemento à sua classificação: a do jornalismo utilitário, composto por informações de natureza utilitária, caso dos necrológicos, que usualmente se encontravam junto às notícias. Temos, portanto, cinco categorias jornalísticas: informativo, opinativo, interpretativo, diversional e utilitário. Mais que uma ausência, trata-se de um recorte de pesquisa.

Nos anos 80, a pesquisa que fiz só me indicou a predominância de informativo e opinativo. A maioria do pessoal lia, dizendo que eu acho que só existem dois gêneros. Não é isso, eu identifiquei somente dois gêneros na imprensa diária. De lá pra cá, eu venho pesquisando a cada cinco anos e fui encontrando evidências de que outros gêneros

foram surgindo. O gênero interpretativo que teve uma vigência muito forte nos anos 60 e 70, desapareceu nos anos 80, voltou nos 90 e agora está se desenvolvendo muito. (Seixas, 2009, on-line)

Admitindo esta premissa como verdadeira, ou seja, que são em número de cinco as categorias discursivas do jornalismo brasileiro, e considerando, por outro lado, que interessa à nossa análise particularmente as categorias diversional e interpretativo, é preciso que ambas sejam conceituadas. Concorda-se com Seixas (2009) quando esta afirma que, no jornalismo interpretativo, a interpretação, enquanto finalidade, encontra-se associada à qualidade do objeto, ao modo por meio do qual o discurso é construído (narração, dissertação, descrição e argumentação), ao grau de interferência do autor e às técnicas de apuração e produção.

Isso se dá a partir de três particularidades da atividade interpretativa, a saber:

- 1) o fato é tratado como acontecimento, ou seja, gera uma discussão sobre a realidade contextual; 2) as técnicas produtivas são particulares, como sugere Beltrão – identificação do objeto, que deve ter valor absoluto de notícia; decomposição da ocorrência em elementos básicos e investigação dos valores essenciais para estruturação da informação; redação do texto de forma que o leitor seja capaz de, por si próprio, interpretar a ocorrência; e 3) a unidade interpretativa permitiria uma dose maior de análise crítica do autor-jornalista, incluindo

⁸Disponível em: [Generos jornalisticos](#). Acesso em: 3 de fevereiro de 2010.

adjetivos, advérbios e abolição do lead. (Seixas, 2009: 66)

Com base no que foi posto, pode-se considerar como jornalismo interpretativo aquele que, a partir do grau de noticiabilidade dos acontecimentos e liberdade estilística, permite não apenas o posicionamento do autor do texto como uma interpretação mais contextualizada do conteúdo por parte de quem tenha acesso a ele. Ou, nas palavras de Beltrão (1980), como sinônimo de reportagem em profundidade.

Jornalismo diversional, por outro lado, será aquele que se vale de recursos que são próprios da literatura para construir seus relatos.

A natureza diversional desse novo tipo de jornalismo está justamente no resgate das formas literárias de expressão que, em nome da objetividade, do distanciamento pessoal do jornalista, enfim, da padronização da informação de atualidade (...), foram relegadas a segundo plano, quando não completamente abandonadas. (Marques de Melo, 1985: 22)

Ou, sob um viés mais recente, diversional como sinônimo de jornalismo literário, literatura de realidade ou não ficcional, jornalismo em profundidade ou jornalismo de autor. Pode-se acrescer a esta classificação o livro-reportagem, nos moldes propostos por Pereira Lima (2009), aqui vista como uma narrativa que se constrói igualmente com técnicas próprias do jornalismo e da literatura, sem os contrangimentos dos modelos tradicionais.

O jornalismo terá natureza diversional quando seus relatos forem impregnados

(...) com técnicas literárias realistas (flashbacks, digressões, diálogos, aprofundamento psicológico das personagens, narrador em primeira pessoa etc.) e na qual o autor se preocupa menos em seguir padrões e técnicas soberanas em redações e jornais diários (*lead*, pirâmide invertida) e mais em dar ao leitor visão mais próxima o quanto for possível dos fatos, extrapolando os limites do jornal impresso. (Castro e Silva, 2009: 206)

Trata-se, como o nome sugere, de um modelo de narrativa que, arcada no “real”, visa, antes, entreter que informar ou opinar, mas não prescinde destes gêneros e que se baseia nas categorias singular/universal/particular para estruturar seus discursos. Ou seja, um modelo de texto onde se estabelece a comunicação narrativa (Lopes & Reis, 1988), formato que solicita a quem o lê uma “resposta interpretativa”, e que, a exemplo do que se verifica na narrativa literária, é levada a cabo antes pelo narrador que pelo autor, aqui entendido como aquele que dá vida ao narrador.

A definição do conceito de narrador deve partir da distinção inequívoca relativamente ao conceito de autor, entidade não raro suscetível de ser confundida com aquele, mas realmente dotada de diferente estatuto ontológico e funcional. Se o autor corresponde a uma entidade real e empírica, o narrador

será entendido fundamentalmente como o autor textual, entidade ficícia a quem, no cenário da ficção, cabe a tarefa de enunciar o discurso, como protagonista da comunicação narrativa. (Lopes & Reis, 1988:61)

Por esta conceituação, para além dos exemplos referidos, os textos de revistas como a mítica Realidade e a contemporânea Piauí podem ser considerados de natureza interpretativa, enquanto que livros como *Hiroshima*, de John Hersey, (Cia das Letras, 2002) e *A sangue frio*, de Truman Capote (Cia das Letras, 2003), diversional. No primeiro caso, encontramos relatos que, com liberdade estilística, mas fincados na atualidade, permitem-nos interpretar os acontecimentos se realizando. No segundo, relatos que não têm compromisso como a realidade imediata e que buscam, sobretudo, emprestar ao jornalismo características cognitivas outras que não a informação e a interpretação, caso do entretenimento⁹.

⁹Em uma perspectiva sistêmica, a condição de entretenimento, que nos textos de natureza diversional é alcançada por meio de recursos como digressões, feedbacks e diálogos, tem a função de provocar o exacerbamento da realidade contida nestes relatos. O entretenimento, no sistema midiático, tem, desta forma “(...) um papel estratégico ao reforçar as representações da realidade por meio da separação que o receptor faz entre ficção e realidade, ou, mais precisamente, na negação da realidade dentro do entretenimento. Paradoxalmente a realidade se constitui como tal no sistema midiático através de uma negação: o real não é descrito por si mesmo, mas através daquele que o nega: o entretenimento” (Vieira Ferreira, 2009, p. 111)

3 Contornos bem delineados

Uma indagação se faz necessária: se é verdade, como dissemos, que o aparato midiático-comunicacional está amalgamado em rede, tornando-se, desta forma, um sistema; e que, por outro lado, este sistema se autonomiza também por meio do fortalecimento identitário de seus dispositivos, ressaltando formatos como o diversional e o interpretativo, como se explicam as sucessivas quedas de circulação dos impressos? Não seria de se esperar que, nesse contexto, o contrário ocorresse?

Alguns números corroboram as inquietações: pesquisa envolvendo três dentre os maiores jornais diários brasileiros – Folha de S.Paulo, O Estado de S.Paulo e O Globo – Lourival Sant’Anna (2008) observou que as circulações destes veículos têm reduzido substancialmente. O Estado de S.Paulo, por exemplo, possuía tiragem média de 241 mil exemplares/dia em 2007. O Globo, 280 mil exemplares/dia, enquanto que a Folha de S.Paulo, 302 mil neste período. Observe-se que, na década de 90, somente a Folha de S.Paulo imprimia 1,5 milhão de jornais aos domingos.

Levantamento mais recente, desta vez veiculado pelo site da revista Meio & Mensagem¹⁰, por sua vez, sugere que a circulação de 11 dentre os 20 maiores jornais brasileiros reduziu 6,9% em 2009, dentre estes Folha de S.Paulo, O Estado de S.Paulo e O Globo. A média diária da Folha de S. Paulo, incluindo domingo, caiu para 295 mil exemplares; O Estado de S.Paulo ficou em 213 mil e O Globo, em 257 mil. Dentre os poucos

¹⁰Disponível em: Mmonline. Acesso em: 7 de fevereiro de 2010.

que cresceram neste período está Zero Hora, com 2%.

Qual o motivo de números tão baixos para veículos de circulação nacional? Para Sant'Anna, "(...) dois fatores estruturais concorrem para a queda de circulação dos jornais. O primeiro é a diminuição do tempo dedicado à leitura¹¹; o segundo, o acirramento da concorrência com outros meios" (2008: 149) Ou seja, mais do que exacerbar este ou aquele dispositivo, o sistema midiático comunicacional, a julgar apenas por esta constatação, estaria sofrendo neste momento uma espécie de processo autofágico, em que um dispositivo toma o lugar de outro em decorrência da disputa por espaço entre seus próprios componentes.

Se, de um lado, concorda-se que a concorrência pulveriza o acesso aos dispositivos, em especial em relação aos leitores dos veículos tradicionais, é preciso atentar para o que significa a emergência de formatos de textos cuja elaboração exige tempo, investimento e disponibilidade neste contexto. Defendemos a hipótese que, se isso ocorre; se reportagens em profundidade ou de natureza diversional emergem como formatos legítimos não apenas em revistas especializadas, mas também em jornais e revistas de informação, é porque este movimento representa uma lógica operacional própria do sistema midiático-comunicacional.

Quem observou a existência desta forma de operação em primeiro lugar, ainda que sob outro viés, foi Antônio Fausto Neto (2006), por meio da análise do que ocorre

¹¹Por esta mesma fonte, os leitores dedicavam, em 2002, 51 minutos de leitura dos jornais por dia de segunda a sábado, e 56 minutos aos domingos. Em 2006, este tempo havia se reduzido para 45,7 minutos de segunda a sábado e para 51,53 aos domingos.

com os editoriais de boa parte das revistas de informação, e, em menor grau, dos jornais impressos¹². Trata-se do estabelecimento de novos vínculos entre o sistema de produção jornalística e seus leitores; recursos que, nos editoriais, objeto da pesquisa de Fausto Neto, personificam-se por meia a) da identificação de quem escreveu o texto em questão, mas também b) pela explicação do conteúdo dos editoriais. Por este viés, os editoriais não apenas passam a ser assinados como explicam, antecipam ou chamam atenção para o conteúdo da publicação em questão.

Antes de prosseguirmos, é preciso observar que, do ponto de vista estrutural, (Beltrão, 1980; Marques de Melo, 1985), e vistos como gênero da categoria opinativo, os editoriais sempre foram compreendidos como porta-vozes das instituições jornalísticas, a "opinião do dono" do jornal ou da revista. Representam, nesse sentido, uma polifonia de vozes dirigida às instituições/organizações que dialogam com a instituição jornalística direta ou indiretamente. E é por isso que, do ponto de vista morfológico, usualmente sempre foram impessoais, elaborados em tópicos – voltados não à opinião formada, mas à que está se formando –, e, finalmente, condensados, ou seja, redigidos com um tipo de escrita que focaliza uma idéia central, para evitar confusões decorrentes de muitas idéias no mesmo local.

Quando incorporam novos atributos, caso da pessoalidade, e passam a explicar os processos de confecção das matérias, por exemplo, deixam o campo do abstracionismo e oferecem novos contratos de confiança seus

¹²É o caso das edições dominicais de Zero Hora, por exemplo.

leitores. Confiança (Luhmann, 2005-a) aqui entendida como um vínculo que viabiliza operações e requer convivência para que se estabeleça.

As transformações havidas nos processos pelos quais a mídia jornalística estabelece novos padrões de confiança com seu leitorado têm a ver com a afetação das práticas sociais por parte da midiatização, o que incide também na importância que tomam as próprias discursividades. Também com os efeitos de descontinuidade crescente havido nas tarefas de produção de serviço por parte de outros sistemas (instituições), ou seja, a emergência de novas complexidades no funcionamento dos sistemas sociais. (Fausto Neto, 2006: 47)

À medida que os sistemas representados pelas instituições públicas (Estado, Igreja etc.) se fragilizam, os dispositivos jornalísticos deixam de lado as operações hegemonicamente referenciais e passa a interferir (e a ser interferido) por todos os setores da sociedade, midiatizando-a e sendo midiatizado neste processualidade. Emerge, desta forma, um novo

(...) dispositivo que opera segundo um tipo de ação baseado em operações, funda a própria realidade midiática, que se reporta às realidades de outros sistemas, mas valendo-se, sempre, de um a autonomia de suas regras de produção para produzir o seu dizer. Tal mecanismo chama-se de capacidade

auto-referencial que tem a mídia jornalística em dispor dos meios para construir a inteligibilidade sobre o mundo, ou seja, ‘construir a realidade’. (Fausto Neto, 2006: 47)

Resguardadas as respectivas entradas analíticas, observa-se que a emergência de formatos discursivos voltados, antes, à interpretação e ao entretenimento que ao relato objetivo de acontecimentos ou de valor, cumprem, no processo de produção jornalística, papel muito semelhante ao apontado por Fausto Neto. Ou seja, estabelecem uma espécie de contrato por meio do qual o dispositivo garante sua manutenção enquanto parte integrante do sistema. Por este viés, em um cenário marcado pela multiplicação – em número e gênero – de dispositivos, o fortalecimento da identidade passa por um caminho que privilegia antes a originalidade, relevância e capacidade interpretativa do conteúdo que sua factualidade.

São operações igualmente de natureza auto-referencial, em que os dispositivos reproduzem em seus interiores a lógica geral do sistema em que se inserem e passam a ser reconhecidos como diferenças que provocam diferenças. A diferença se constitui, desta forma, em explicação da ordem social (Luhmann, 2009), e não apenas um indicativo de que algo ocorreu, está ocorrendo ou por ocorrer, como se verifica quando investem apenas em notícias factuais. A informação de natureza jornalística se estabelece neste contexto como

(...) uma diferença que leva a mudar o próprio estado do sistema; tão somente pelo fato de ocorrer,

transforma: lê-se que o fumo, o álcool, a manteiga, a carne congelada colocam a vida em risco, e passasse a ser (como alguém que o sabe e pode considerá-lo) outro – quer se acredite, ou não, na informação. Independentemente da forma como se decide, a comunicação fixa uma posição no receptor. Posteriormente, já não importa, então, a aceitação ou rejeição, nem a imediata reação à informação. O fundamental é que a informação tenha realizado uma diferença: *a difference that makes a difference* (Luhmann, 2009:83).

O índice de desempenho geral das revistas semanais de informação, apesar de também elas serem afetadas pela redução do tempo de leitura e a multiplicação dos dispositivos jornalísticos, sugere que nossa hipótese está correta. Os sucessivos furos de reportagem publicados por Veja entre 2005 e 2007; o mesmo em relação a Época em 2007, são, na ótica de Lourival Sant’Anna, elementos que contribuíram para que a circulação média de Veja em 2007 fosse de 1 milhão de exemplares, enquanto que de Época com 440 mil exemplares. Isto vem em terceiro nesta escala, com 354 mil.

Não se trata, aqui, de defender a transposição da fórmula das revistas para os jornais: são dois produtos muito diferentes. Mas apenas de observar que elas tem sido bem-sucedidas em combinar o atendimento das demandas do leitor por temas de interesse individual com as demandas do jorna-

lismo por apurações de interesse coletivo. (Sant’Anna, 2008: 88)

Tratam-se, os textos de natureza interpretativa, portanto, de mecanismos por meio dos quais os dispositivos do sistema midiático-comunicacional estabelecem diferenças dentro de seus próprios dispositivos, tornando-os, desta forma, necessários à manutenção do próprio sistema. O fato de, em uma perspectiva sistêmica, os dispositivos jornalísticos representarem nós e conexões de um sistema mais amplo, perdendo, assim, sua centralidade operacional (Soster, 2009), reforça nossa hipótese analítica: o dispositivo terá mais chances de garantir sua manutenção operacional no interior do sistema, interferindo e sendo interferido pelos fluxos operacionais deste, à medida que estabelecer, por meio de suas operações, diferença entre seus pares. Assim, os relatos de natureza interpretativa e diversional emergem como diferenças que estabelecem diferenças.

Referências

- Baraldi, C.; Corsi, G. & Esposito, E. (orgs). (1996). *Glossário sobre la teoria social de Niklas Luhmann*. México: Anthropolos.
- Barcelos, C. (2008). “Prefácio”, in: Brum, E. *O olho da rua*. São Paulo: Globo.
- Beltrão, L. (1980). *Jornalismo opinativo*. Porto Alegre: Sulina, Ari.
- Castells, M. (2003). *A sociedade em rede*. São Paulo, Paz e Terra. (A Era da Informação: economia, sociedade e cultura, 1)

- Castro e Silva, G. (2009). “Jornalismo literário”, in: Marcondes Filho, C., *Dicionário da Comunicação*. São Paulo: Paulus.
- Fausto Neto, A. (2006). “Mutações nos discursos jornalísticos: da ‘construção da realidade’ à ‘realidade da construção’”, in: *Edição em jornalismo: ensino, teoria e prática*. Santa Cruz do Sul: Edunisc.
- Felipi, Â. (2007). “Metamorfoses da contemporaneidade”, in: Felipi, A.; Piccinin, F. & Soster, D. (org.), *Metamorfoses jornalísticas: formas, processos e distemas*. Santa Cruz do Sul: Edunisc.
- Ferreira, J. (2003), *O conceito de dispositivo: explorando dimensões de análise*. Ecos Revista. Pelotas: Universidade católica de pelotas – Educat, v. 7, nº 2, jul.-dez..
- Iasneck, L. (2009). “Identidade”, in: Marcondes Filho, C., *Dicionário da Comunicação*. São Paulo: Paulus.
- Jonhson, A. (1997). *Dicionário de Sociologia – Guia Prático da Linguagem Sociológica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Keen, A. (2009). *O culto ao amador: como blogs, MySpace, YouTube e a pirataria digital estão destruindo nossa economia, cultura e valores*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Lopes, A. & Reis, C. (org.). (1988). *Dicionário de teoria narrativa*. São Paulo: Ática.
- Luhmann, N. (2009). *Introdução à teoria dos sistemas*. São Paulo: Vozes.
- _____. (2005). *A realidade dos meios de comunicação*. São Paulo: Paulus.
- _____. (2005-a). *Confianza*. México: Anthropos.
- _____. (1997). *A nova teoria dos sistemas*. Porto Alegre: Ufrgs.
- Marcondes Filho, C. (2000). *A saga dos cães perdidos*. São Paulo: Hacker.
- Marques de Melo, J. (1985). *A opinião no jornalismo brasileiro*. Vozes: Petrópolis.
- Pereira Lima, E. (2009). *Páginas ampliadas: o livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura*. Barueri, SP: Manole.
- _____. (2011), *Estação de embarque*. Disponível em: Observatorio. Acesso em: 10 de fevereiro.
- Primo, A. (2009). “Prefácio”, in: Firmino da Silva, F. & Soster, D. (org.), *Metamorfoses jornalísticas 2: a reconfiguração da forma*. Santa Cruz do Sul: Edunisc.
- Sant’Anna, L. (2008). *O destino do jornal: a Folha de S.Paulo, O Globo e O Estado de S.Paulo na sociedade de informação*. São Paulo: Record.
- Seixas, L. (2009). *Redefinindo os gêneros jornalísticos: proposta de novos critérios de classificação*. Disponível em: Livros LabCom. Acesso em: 5 de fevereiro.

- Soster, D. (2009). *O jornalismo em novos territórios conceituais: internet, midiatisação e a reconfiguração dos sentidos midiáticos*. São Leopoldo: Unisinos, 2009. Tese (Doutorado em Comunicação), Programa de Pós-graduação em Comunicação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos.
- _____. (2009-a). “Auto-referência e co-referência nas páginas do jornal Folha de S.Paulo”, in: *7º Encontro Nacional dos Pesquisadores de Jornalismo*, São Paulo. Anais.
- _____. (2008). “Midiatisação, a terceira descontinuidade do jornalismo”, in: *6º Encontro Nacional dos Pesquisadores de Jornalismo*, São Bernardo do Campo. Anais.
- _____. (2007). “O jornalismo para além de suas fronteiras conceituais”, in: *5º Encontro Nacional dos Pesquisadores de Jornalismo*, Aracaju. Anais.
- _____. (2006). “Ainda estamos falando de jornalismo”, in: Felipi, Â; Piccinin, F. & Soster, D. (org.), *Edição em jornalismo: ensino, teoria e prática*. Santa Cruz do Sul: Edunisc.
- _____. (2003). *Webjornalismo, velocidade e precisão: o caso do site “UOL Eleições 2002”*. Porto Alegre: Ufrgs, 2003. Dissertação (Mestrado em Comunicação), Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação – Programa de Pós-graduação em Comunicação e Informação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Vieira Ferreira, W. (2009). “Entretenimento”, in: Marcondes Filho, C., *Dicionário da Comunicação*. São Paulo: Paulus.
- Viana, R. (2009). *Um olhar de mundo*. Disponível em: Observatorio. Acesso em: 10 de fevereiro.